



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

Aos treze dias do mês de junho do ano dois mil e seis, na sala de reuniões no Fórum da Barra Funda, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública Geral do Estado, Cristina Guelfi Gonçalves. Presentes os (as) Conselheiros (as) Carlos Henrique Acirón Loureiro, Franciane de Fátima Marques, Noadir Marques da Silva Júnior, Pedro Giberti, Roque Jerônimo Andrade, Vitore André Zílio Maximiano e ausentes os Conselheiros Victor Hugo Albernaz Júnior e Willian Fernandes. Deu-se início aos trabalhos às nove horas e vinte e seis minutos. Instalada a sessão, a Defensora Geral saudou os presentes, e passou-se às comunicações da Presidência. Relatou que dezenove advogados da FUNAP conseguiram a liminar no TJ, sendo que o pedido foi para reservar vagas apenas para esses. Afirmou que ainda não foi notificada. A informação que se tem é que são aqueles anteriores a 1988. Ontem, esteve com Salim Curiatti na Alesp. Foram encaminhados ofícios a todas as lideranças. Após esteve em reunião com a Mariângela no final da tarde. Estavam presentes também nessa reunião os Procuradores do Estado Silvia, Miriam, Décio e a Defensora Pública Lisa. Foram discutidos os seguintes assuntos: remoção interna, vagas já identificadas, prédio da Boa Vista e honorários advocatícios. Quanto à remoção interna dos 276 Procuradores, foi dito que essa remoção será feita, mas que só será efetivada no início do ano que vem e de acordo com os Defensores que forem tomando posse, porém, ressaltou que esse é o compromisso deste gabinete da PGE e não se sabe como será se outro Procurador Geral for nomeado. Assim, até mesmo por isso, foi dito que seria importante fazer o concurso com o maior número de vagas, pois não se terá tempo para se fazer dois concursos. Segundo a Mariângela o concurso da PGE durou 8 meses com prazos insanos, hoje se tem 87 cargos na Defensoria, sendo que serão transferidos mais 213 cargos e depois viriam os 100 cargos remanescentes, assim, o concurso poderia ser para 213 vagas mais as remanescentes. Relatou que irá denunciar a locação do Prédio da José Bonifácio e que está sendo verificada a questão do prédio da Boa Vista que aparentemente só tem uma carta de intenções. Comentou que terá que ter uma resolução conjunta para disciplinar os honorários advocatícios recebidos pela Defensoria Pública, pois pela nossa lei vai para o FUNDEPE. Os convênios serão passados aos poucos, o primeiro será o dos peritos, que é um dos mais complicados e ficará sob a responsabilidade da Lisa. Na sexta passada no final da tarde participou de reunião com os Defensores Públicos Flávia D'Urso, Carlos Loureiro, Márcia Garutti e Mônica de Melo para discutir questões relacionadas ao concurso, sendo que hoje se aguarda uma decisão do Conselho para prosseguir, a previsão é que o regulamento do concurso esteja em condições de ser aprovado já no dia 23/06. Quanto ao orçamento, está entregando cópia para os conselheiros da LDO, sendo que já no dia 23 a proposta de LO deverá ser trazida para o Conselho. Passou-se ao momento aberto. A Defensora Pública Renata Tibyriçá se manifestou dizendo que está secretariando o Conselho enquanto não se tem um funcionário para essa atribuição. Informou aos Conselheiros que projetos de

*[Handwritten signatures and initials]*



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### Conselho Superior

deliberações podem ser protocolados no Gabinete com a Dona Nélia para serem encaminhados a ela que os autuará e os distribuirá de acordo com a ordem alfabética, sendo entregue ao respectivo Conselheiro na reunião ou, sendo muito urgente, antes desta, verificando-se a possibilidade de se colocar em pauta. Para se colocar em pauta um processo, o pedido deve ser enviado a ela até às 17 horas das terças-feiras. Esclareceu, ainda, que esteve em reunião com a Defensora Pública Chefe de Gabinete Mônica de Melo e os Procuradores do Estado Miriam e Geraldo na Pamplona para se inteirar a respeito do site da Defensoria. Provavelmente terá que ser feita uma resolução conjunta PGE-DPGE para indicar o administrador que assumirá a administração do banco de dados. O Defensor Público e Presidente da APADEP, Davi Depiné, comentou sobre o mandado de segurança da FUNAP e disse estar preocupado com outros mandados de segurança que possam ser ajuizados com o mesmo pedido. Segundo ele nesse mandado de segurança a liminar foi negada, então foi interposto agravo de instrumento e foi concedida "liminar inaudita altera parte". Entende que o Gabinete deve entrar em contato com a PGE para se verificar qual a medida adequada neste momento. Quanto ao Congresso, foi realizada uma reunião e a dificuldade agora são os patrocínios que são absolutamente necessários para que o Congresso ocorra. Foram instalados os telefones na APADEP que são 31045991 (fax) 31073347 (telefone) e a sede está acabando de ser reformada. Ficou sabendo que os Procuradores provavelmente receberão aumento de 15%, sendo que será a primeira diferença grande entre Defensores e Procuradores, se isso se confirmar, já é momento de se começar a pressionar o Governo e a APADEP se dispõe a atuar também nessa frente para que não haja essa diferença remuneratória. Passou-se, então, as comunicações dos Conselheiros. O Conselheiro Roque justificou a ausência do Conselheiro Victor Hugo em razão do acúmulo de sua banca. O Conselheiro Noadir disse que está preocupado com eventual impacto financeiro no FAJ, no caso de uma saída não programada dos Procuradores. Assim, pediu ao Defensor Público Fabiano para fazer esse estudo de impacto financeiro. Pede, então, a Defensora Pública Geral para que consiga os relatórios para que o Defensor possa fazer essa análise. Comentou também que quando houver algum ponto polêmico entrará em contato com os colegas como fez no caso das compensações. Disse, ainda, que a carteira funcional precisa ser confeccionada, pois necessitamos dela para nos identificarmos. Sobre o site, comentou sobre a importância que houvesse um software destinado a fórum de debates ou alguma outra ferramenta de comunicação mais eficiente e segura que o grupo de e-mails, violável e gratuito. Por fim, falou da importância de uma atuação conjunta da Liberdade e da APADEP para se obter o aumento remuneratório. O Conselheiro Vitore comentou da importância de se fazer um monitoramento dos processos da FUNAP, acreditando que a questão é localizada, pois para os posteriores a 88 não há nenhuma norma que os permita dizer que têm direito. De qualquer modo pode-se fazer um pedido de suspensão se causar embaraço para administração. Pediu ao Conselho que fosse aprovada uma moção em favor da Beatriz do CEJIL e da Adriana Loche que são do Movimento pela criação da Defensoria Pública e tiveram uma atuação marcante em Brasília no que se refere ao Projeto de Lei que lá tramita. Sobre a questão orçamentária, informou



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### Conselho Superior

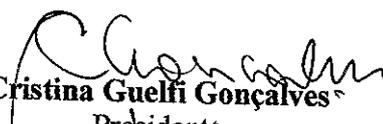
que todo ano tem que ser aprovada uma LDO com base no Plano Plurianual no qual são elencados os programas relativos a Defensoria. Depois de aprovada a LDO, o governo estadual se debruça sobre o Orçamento. O prazo para nós entregarmos é até final de julho, já que tem que ser enviada até o último dia de agosto pelo governo à Alesp. Há grande preocupação com a lei orçamentária que deve ser feita corretamente, pois se faltar terá que pedir suplementação orçamentária. O Conselheiro Pedro ressaltou a necessidade de monitoramento do mandado de segurança e se ofereceu para acompanhar esse MS no TJ. Disse ainda que o CRM concluiu o trabalho e entregou quase 500 laudos, com gráficos muito bem feitos, segundo ele deve ser mandado um ofício agradecendo e elogiando o trabalho do CRM e talvez até uma visita da DPG ao CRM para agradecê-los. Comentou, ainda, que já está prevista uma reunião com FUNAP, sendo que o Defensor Público Assessor Geraldo está tentando agendá-la já na próxima semana. É uma conversa inicial e que conforme a conversar evoluir será uma oportunidade de ouro. O Conselheiro Vitore entende que a questão depende do Governador e da Alesp e que não temos como conduzi-la, apenas temos como apoiá-la caso ocorra, não colocando óbices. A Conselheira Franciane disse que uma das primeiras providências da Diretora da Escola é um curso de orçamento e administração, pois é necessário que os Defensores conheçam a matéria, tendo agradecido ao Conselheiro Vitore pela explicação. Comentou sobre a importância de se realizar logo a eleição dos Conselheiros representantes dos núcleos e do interior. Pede a APADEP que verifique a questão dos honorários advocatícios. O Conselheiro Carlos questionou sobre a indicação do representante da OAB no concurso da Defensoria e se já foi expedido ofício solicitando a transferência do convênio dos estagiários. A Presidente relatou que já há uma reunião agendada com o Presidente da OAB e que a questão da indicação do representante do órgão no concurso será abordada. Quanto ao convênio dos estagiários, já há um cronograma de repasse de convênios e esse também será repassado, no entanto, a transferência do convênio não resolve o problema imediatamente, pois a nossa lei não permite que estagiários que se formaram continuem estagiando. Quanto à carteira funcional provavelmente na próxima sessão já se terá um modelo. Após o Conselho deliberou aprovar moções de apoio a Beatriz do CEJIL e a Adriana Loche pela atuação em Brasília e ao CRM pelo trabalho realizado. Também deve ser encaminhado um ofício ao Congresso discordando do PLC do Senador Álvaro Dias que revoga a lei da assistência judiciária. Passou-se, então, para a ordem do dia. Processo CSDP n.º 03/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: I Concurso de Ingresso na Carreira de Defensor Público. Relator: Conselheiro Carlos Henrique A. Loureiro. Aprovada, por unanimidade, a abertura de 180 vagas e as demais que se abrirem durante o concurso. Processo CSDP n.º 06/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Regulamenta a concessão de diárias para Defensores Públicos. Relator: Conselheira Franciane de Fátima Marques. Apreciação prorrogada para a próxima sessão. Processo CSDP n.º 07/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Regulamenta o Fundo de Despesas da Escola da Defensoria Pública do Estado (FUNDEPE). Relator: Conselheiro

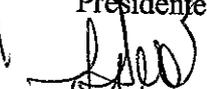


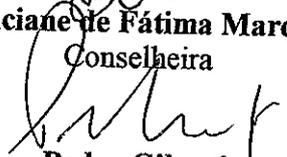
## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

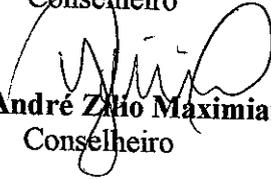
### Conselho Superior

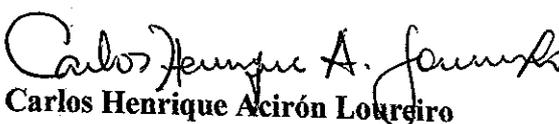
Noadir Marques da Silva Júnior. Aprovada, por unanimidade, a regulamentação do Fundo de Despesas da Escola da Defensoria Pública do Estado (FUNDEPE) de acordo com a deliberação CSDP 06/2006 e a indicação da Defensora Pública Flávia D'Urso para ser Diretora da Escola da Defensoria Pública do Estado. Processo CSDP n.º 08/2006. Interessado: Conselho da Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Regulamenta a compensação decorrente de plantões judiciais e outras atividades realizadas por Defensores Públicos. Relator: Conselheiro Pedro Giberti. Aprovada, por unanimidade, a regulamentação da compensação dos plantões judiciais e juizados especiais cíveis realizados por Defensores Públicos de acordo com as deliberações CSDP 07/2006 e 08/2006. Não havendo mais processos a serem relatados na Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão às 13 horas. Ficando marcada a próxima sessão para o dia 23 de junho. Eu, Renata Flores Tibyriçá, Defensora Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, 21 de junho de 2006.

  
**Cristina Guelfi Gonçalves**  
Presidente

  
**Franciane de Fátima Marques**  
Conselheira

  
**Pedro Giberti**  
Conselheiro

  
**Vitore André Zilio Maximiano**  
Conselheiro

  
**Carlos Henrique Acirón Loureiro**  
Conselheiro

  
**Noadir Marques da Silva Júnior**  
Conselheiro

  
**Roque Jerônimo Andrade**  
Conselheiro

